
Migração Portuguesa para São Paulo na segunda metade do século XIX: um estudo de caso*

Ana Sílvia Volpi Scott**

IFCH - Unicamp

Campinas - São Paulo – SP

Resumo

Por meio da análise de uma singular experiência migratória ocorrida entre Portugal (Província da Beira / Concelho da Lousã) e a província de São Paulo (região de Espírito Santo do Pinhal) apresentam-se algumas considerações sobre as características demográficas e sociais do contingente populacional de lousanenses, que se dirigiu para o Núcleo Colonial da Nova Lousã (fundado em 1867).

Partindo-se da análise de dados demográficos recolhidos através da exploração de registros paroquiais de batizado e de casamento da Vila da Lousã e do Núcleo Nova Lousã, cruzados com fontes de caráter diverso, pretendeu-se contrapor o perfil específico da população que emigrou para a colônia no interior de São Paulo (entre as décadas de 1860 e 1880), com aquela que permaneceu na terra natal. Procuramos salientar comportamentos distintos do conjunto da população que imigrou, levando em consideração o novo ambiente e as novas condições de vida na terra em que estes indivíduos se inseriram.

86

Palavras-chave

migração portuguesa; nupcialidade; fecundidade

* Este texto é fruto do projeto “A migração invisível: portugueses no Brasil Independente” desenvolvido por Ana Sílvia Volpi Scott e Oswaldo Mário Serra Truzzi, com o apoio financeiro do CNPq. É uma versão modificada de paper apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_481.pdf>. Depois de alguns anos, a temática da migração portuguesa e lousanense para São Paulo foi retomada no âmbito do novo projeto “Percurso histórico-sociais na incorporação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950)”, coordenado por Oswaldo M. S. Truzzi, que conta com apoio da FAPESP.

** Bacharelado e Licenciatura em História (Universidade de São Paulo). Mestrado em História (Universidade de São Paulo). Doutorado em História e Civilização (Istituto Universitario Europeo - Itália). Docente do Departamento de Demografia (MS3.1) - IFCH e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, ambos da UNICAMP.

Portuguese Migration to São Paulo in the second half of the 19th century: A case study

Ana Silvia Volpi Scott

Abstract

The analysis of a unique migratory experience between Portugal (Beira / Lousã County) and the province of São Paulo (Espírito Santo do Pinhal region) presents some considerations about the demographic and social characteristics of the contingent of Lousanenses , who went to the Colonial Nucleus of Nova Lousã (founded in 1867).

Based on the analysis of demographic data collected through the use of parish registers (baptism and marriage) from Vila da Lousã and Nova Lousã, crossed with different sources, it was intended to compare the specific profile of the population that emigrated to the colony in the interior of São Paulo (between the 1860s and 1880s), with the one that remained in the native land. We try to emphasize different behaviors of the population that immigrated, taking into account the new environment and the new conditions of life in the land in which these individuals were inserted.

Key words

Portuguese migration; nuptiality; fertility

Introdução

Abordo aqui o tema da emigração/imigração portuguesa para São Paulo, por meio do estudo de uma singular experiência migratória ocorrida a partir da vila da Lousã (próximo à cidade de Coimbra), que se dirigiu para o núcleo colonial da Nova Lousã. A colônia situava-se no interior da província de São Paulo, a meio caminho entre a cidade de Mogi Mirim e o distrito de Espírito Santo do Pinhal.

Apresentarei resultados de análises que comparam as características da população da vila da Lousã e do contingente emigrante, que se deslocou para a Colônia da Nova Lousã. O núcleo colonial foi fundado por João Elisário de Carvalho Montenegro, em fevereiro de 1867. Recebeu, no período estudado, cerca de duas centenas de indivíduos naturais da região da Lousã, que vieram em busca de novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Através de metodologias de cunho quantitativo conjugadas ao cruzamento nominativo foram estabelecidos os parâmetros gerais da população da Lousã, comparados aos dos migrantes que se radicaram no interior de São Paulo.

Começo minhas considerações retomando as afirmações do historiador Joel Serrão sobre a emigração portuguesa no século XIX. Na obra “Temas Oitocentistas”, o autor apontava as características dos emigrantes que se deslocavam para o Brasil, na época em que foi fundado o núcleo analisado:

[...] os emigrantes preferem a cidade, e só em último recurso se dedicam a atividades agrícolas; dispersam-se pelo comércio, dominado ainda por portugueses, pelas atividades artesanais, por modestos serviços agro-pecuários e de transportes. Isto quanto à emigração livre, porque à outra, a que condiciona à partida e à chegada o leque de opções daqueles que aportam no Brasil como “colonos”, designação que suscita o seguinte comentário do cônsul português: ‘colonos’, não existem aqui, no verdadeiro sentido dessa palavra fora de algumas colônias alemãs. Quanto ao mais, e muito especialmente aos nossos compatriotas, não há senão venda e compra de servos, cujo tráfico o comprador regateia para obter barato e o vendedor mais caro, ou com o fim de subtrair-se

depois de pago ao ajustado[...]¹

O núcleo colonial fundado pelo Comendador Montenegro estava voltado para a produção do café, no regime da grande propriedade. A experiência em tela é, portanto, singular na medida em que o destino daqueles lousanenses era o emprego na agricultura, numa grande propriedade cafeicultora².

As principais fontes utilizadas são os registros paroquiais de batizado e de casamento, referentes à vila da Lousã e ao núcleo colonial da Nova Lousã. Foram levantados os registros que cobrem o período entre as décadas de 1860 e 1880, e que correspondem ao período em que a fazenda Nova Lousã pertenceu a João Elisário de Carvalho Montenegro (1867 a 1888). Durante aqueles anos, o núcleo recebeu exclusivamente colonos oriundos da região da Lousã. Essa é outra peculiaridade do caso estudado.

Para a Lousã foram arrolados 1.040 casamentos e 4.547 assentos de batizado; para o Núcleo Colonial da Nova Lousã um total de 39 casamentos e 200 batizados. A metodologia do cruzamento nominativo de fontes, aplicada aos registros paroquiais, permitiu reconstituir 1.750 famílias na Lousã e cerca de 180 para a Nova Lousã³. As informações

¹ SERRÃO, J. A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX. In: Temas Oitocentistas. Lisboa: Livros Horizonte, v.1, 1980, p.177.

² Também as relações existentes entre o proprietário (Comendador João Elisário de Carvalho Montenegro) e os colonos eram diferentes daquelas referidas por Serrão. Esse tema será mencionado mais adiante, mas como já foi abordado em trabalhos anteriores, aqui não será aprofundado. Para maiores detalhes sobre essa discussão, veja-se, por exemplo: Truzzi, Oswaldo; Scott, A. S. V. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia da Nova Lousã, em São Paulo. *Revista da Faculdade de Letras. Série de História* (Universidade do Porto), Porto - Portugal, v. 6, p. 339-354, 2005; Scott, A. S. V.; Truzzi, O. M. S.. O valor do trabalho. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. Ano 3, p. 78-81, 2008.

³ O sistema de registros NACAOB (NAscimentos, CAsamentos, ÓBitos) é uma ferramenta desenvolvida especificamente para o cadastramento de registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) e que permite, através do cruzamento nominativo, a reconstituição semiautomática de famílias. Mais detalhes a respeito do NACAOB e suas potencialidades, ver SCOTT, A.S.V. e SCOTT, D. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como

sobre as famílias foram cruzadas com outras fontes, como registros de passaporte, listas de eleitores, cartas⁴.

Antes, contudo, é importante conhecer o cenário de partida e de chegada desse grupo de portugueses que realizou a travessia transatlântica na segunda metade do século XIX.

Da Província da Beira para o interior de São Paulo: em busca de novas oportunidades

A vila da Lousã integra o concelho de mesmo nome, situado na província da Beira, região central de Portugal continental. Na época estudada o concelho era composto pela própria vila da Lousã e pelas freguesias do Casal do Ermio, de Foz de Arouce, de Serpins e de Vilarinho.

A população do concelho se distribuía na área que estava encravada na Serra da Lousã, zona onde predominava a pequena propriedade. Os camponeses que lá viviam, dedicavam-se ao cultivo da terra, à criação de cabras, além de produzirem queijo e carvão. A economia local era complementada pela exploração do mel e de castanhas, que ajudava a garantir a sobrevivência do grupo familiar que se equilibrava entre o trabalho agrícola e o pastoril⁵.

A mobilidade fazia parte do cotidiano dos lousanenses, especialmente a migração interna. Era recorrente que parcela da população masculina deixasse a região, dirigindo-se ao Alentejo - área de grandes propriedades agrícolas -, em busca de trabalho e recursos extras para equilibrar a economia doméstica. Ali, o trabalho sazonal de colheita oferecia uma oportunidade de aumentar os parcos rendimentos das

opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio R. e VAN LEEUWEN, Marco H. D. (orgs.). História social: perspectivas metodológicas. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, pp. 83-108. Outras informações sobre o software estão disponíveis em: <<http://www.nacaob.com.br/>>.

⁴ Foram coletadas ainda informações de caráter estatístico para a população da Lousã. Esse conjunto documental foi complementado por fontes impressas, coletadas nos arquivos e bibliotecas locais e regionais, de instituições sediadas em Portugal.

⁵ MONTEIRO, P. Terra que já foi terra. Análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã. Lisboa: Edições Salamandra, 1985.

famílias camponesas. Outra possibilidade de migração interna era o deslocamento para Lisboa, onde muitos dos habitantes da serra da Lousã buscavam colocar-se como criados.

A esta tradicional mobilidade interna veio somar-se, a partir dos meados dos anos oitocentos emigração para fora de Portugal. Inicialmente as saídas destinavam-se ao Brasil e, mais para o final do século XIX, a emigração transoceânica passou a orientar-se para os Estados Unidos da América. A emigração da Lousã que se dirigiu ao Brasil estava intimamente vinculada à figura do Comendador João Elisário de Carvalho Montenegro, ele mesmo um emigrante, que veio para o Brasil no ano de 1840⁶.

A oportunidade de emigração oferecida por Montenegro era ím-par, uma vez que os custos associados a uma viagem transatlântica dificilmente poderiam ser suportados pelos camponeses da Lousã. Aqueles que quisessem, de fato, empreender tão custoso projeto, viam-se obrigados, na maioria das vezes, a pedir empréstimos para concretizar o sonho de aceder a uma vida melhor.

No caso da emigração da Lousã para a colônia mantida por Montenegro, o sistema de salário implantado permitia que os seus empregados tivessem condições de ter as dívidas da viagem pagas em pouco tempo, somando-se o subsídio que o governo imperial dava para a passagem aos proventos recebidos pelo trabalho realizado na fazenda⁷.

Assim, a primeira vaga emigratória para o Brasil partiu da vila da Lousã, sob os auspícios de Montenegro. Portanto, o foco da pesquisa foi reconstituir aquela localidade, através das fontes e das metodologias da Demografia Histórica e da História Social para comparar o perfil dos emigrantes com o restante da população daquela comunidade.

⁶ Ibidem.

⁷ De acordo com as informações do Comendador Montenegro, em cerca de cinco meses as dívidas estariam pagas. Veja-se TRUZZI, Oswaldo; SCOTT, A. S. V. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia da Nova Lousã, em São Paulo. Revista da Faculdade de Letras. Série de História (Universidade do Porto), Porto, p.353.

Para reunir dados preliminares, foram explorados alguns mapas de população, que estão depositados no acervo documental da Biblioteca Pública da Lousã e que informam sobre o total da população e sua distribuição por sexo⁸.

Como observado em outras regiões do centro-norte de Portugal, a razão de sexo era desequilibrada em favor das mulheres: ou seja, havia uma sobrepopulação feminina, situação que se manteve em todo o período analisado, embora em taxas menos marcadas na medida em que se avança para a década de 1880, período final de análise. Para a Lousã, a razão de sexo variou entre 85,0 a 97,0, entre as décadas de 1850 e 1880, confirmando o desequilíbrio entre a quantidade de homens e de mulheres, fenômeno típico de populações onde a emigração é significativa.

No caso da Nova Lousã, as características da população que vivia no núcleo colonial foram recolhidas através de informações elaboradas pelo proprietário da fazenda, o Comendador Montenegro. Elas constam de relatórios enviados à presidência da província de São Paulo e atenção especial foi dada ao “*Mapa Geral das Pessoas que tem vindo para a Nova Louzã desde sua fundação*”, datado do ano de 1875⁹, que arrolava 154 indivíduos, que haviam entrado na colônia desde a sua fundação, em 1867.

Mas, o que significaria este montante de 154 indivíduos portugueses, em relação a outros núcleos coloniais privados existentes na província de São Paulo na segunda metade dos anos oitocentos?

Para avaliar sua importância em relação a outros núcleos coloniais existentes paulistas, vali-me de dados disponíveis para doze colônias, pertencentes a particulares¹⁰, onde foram arrolados imigrantes de

⁸ Foram localizados mapas de população para os anos de 1851, 1854, 1855, 1862, 1863, 1865, 1868, 1876, 1883, 1884, 1885. Eles trazem também informações sobre o número de fogos. Através desses mapas foi possível calcular, por exemplo, a razão de sexo.

⁹ MONTENEGRO, João Elisário de Carvalho. Colônias Nova-Louzã e Nova Colômbia. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. Presidente da Província de São Paulo – 6 de fevereiro de 1875. São Paulo: Typ. da Província de São Paulo, 1875.

¹⁰ DAESP – Colônias.

origem portuguesa, a maior parte deles situados na região próxima a Campinas, em áreas produtoras de café, como seria de esperar.

O Núcleo Colonial Senador Vergueiro (Limeira), pertencente a Nicolau de Campos Vergueiro - importante fazendeiro paulista, era a colônia que tinha a maior concentração de imigrantes portugueses, reunindo 55 famílias e um total de 258 indivíduos. O Núcleo Colonial Tatu, de propriedade de Cândido José da Silva Serra, contava com 27 famílias portuguesas, que perfaziam um total de 108 indivíduos. Na sequência, o Núcleo Colonial Boa Vista, pertencente Benedito Antônio de Camargo, no município de Rio Claro, com 11 famílias de origem lusa, que reuniam 63 indivíduos¹¹.

A Colônia da Nova Lousã estava, portanto, entre os núcleos mais importantes na recepção de imigrantes portugueses, ficando atrás apenas da colônia pertencente a Vergueiro, o que dá uma ideia da magnitude do empreendimento de João Elisário de Carvalho Montenegro.

Dos 154 colonos arrolados em 1875, 132 eram homens. Registraram-se apenas 22 mulheres. Este perfil dos colonos está de acordo com as características gerais dos imigrantes vindos de Portugal para o Brasil, onde se constatava o largo predomínio dos homens sobre as mulheres. A análise do estado matrimonial dos colonos, no momento em que deram entrada na colônia também se enquadrava no perfil do imigrante de origem lusa: a maioria era solteira. Só 29 colonos registrados em 1875 eram casados, dois eram viúvos e três não tiveram o estado matrimonial determinado. No total, pouco mais de 24% dos colonos eram casados ou haviam sido casados anteriormente.

Ao comparamos estes dados específicos da Colônia de Nova Lousã com o primeiro recenseamento geral da população no Brasil, efetuado no ano de 1872¹², verifica-se que entre a população de origem portuguesa recenseada em São Paulo, contamos com um total de 6.867 portugueses, sendo 5.434 homens e 1.433 mulheres. Isto perfaz 20.8% de

¹¹ DAESP – Colônias.

¹² Dados retomados de trabalhos anteriores, citados anteriormente.

mulheres entre a população imigrante lusa e 79,2% de imigrantes do sexo masculino. Na população encontrada na Colônia da Nova Lousã a porcentagem de mulheres era ainda inferior àquela encontrada para a população imigrante portuguesa para a província de São Paulo como um todo. Na Nova Lousã, a população contabilizada entre 1867 e 1875, reunia apenas 14.3% de mulheres para um montante de 85.7% de homens, o que implicava em uma razão de sexos altamente desequilibrada.

Até que ponto as condições encontradas no núcleo colonial e o perfil dos imigrantes lusos implicaram em comportamento demográfico diferenciado, quando comparamos a população que permaneceu na terra natal e a do grupo de e/imigrantes? No curto espaço das duas décadas analisadas é possível apontar mudanças? É o que procurarei discutir nas seções seguintes.

De emigrantes da Lousã a colonos na Nova Lousã: nascido e casar nas duas margens do Atlântico

Em trabalho sobre a região da Lousã, Paulo F. Monteiro afirmou que as localidades que compõem o Concelho da Lousã situam-se “no meio da serra agreste” do mesmo nome. Segundo o autor, a magreza e o declive do terreno condicionavam a vida dos habitantes de tal maneira que tornava essencial o equilíbrio entre várias atividades. Ainda assim, esse balanceamento era bastante precário e vulnerável a quaisquer transformações¹³.

As dificuldades eram compartilhadas pela maioria dos lousanenses, já que havia uma relativa homogeneidade entre os habitantes daquelas paragens:

[...] a diferenciação profissional em cada lugar era quase nula: todos tinham a mesma condição de agricultores. Alguns, muito poucos, podiam mobilizar

¹³ MONTEIRO, P. F. Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut, uma investigação em dois tempos. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza; BAGANHA, Maria Ioannis B; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern (eds). *Emigração/ Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal (séc. XIX - XX). Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 326.

parte dos seus dias num officio; mas em 433 casamentos registrados de 1860 a 1939, entre noivos, pais e padrinhos apenas encontramos seis casos de pessoas que não se apresentassem como ‘trabalhadores’ ou ‘proprietários’ (porque nestes lugares havia poucos que fossem outra coisa, e mesmo esses tinham como ocupação básica a agricultura) [...] ¹⁴.

Além da homogeneidade da população destacada nos assentos de casamento analisados pelo autor, o trecho convida a refletir sobre outros aspectos relativos à nupcialidade, e que estão associados às populações tradicionais que tinham a agricultura como ocupação básica. Nesse caso, a primeira variável que me interessa explorar diz respeito à distribuição mensal dos matrimônios, ou em termos demográficos, a sazonalidade dos eventos.

Especialmente nas áreas onde predominava a religião católica, como é o caso em estudo, a escolha do mês do casamento estava diretamente vinculada às interdições de caráter religioso impostas pelo catolicismo, como o Advento e a Quaresma, períodos em que a Igreja Católica proibia as bênçãos nupciais. Com efeito, por conta dos interditos, o número de casamentos nas sociedades católicas tradicionais reduzia-se drasticamente (quase nenhum era realizado entre março e abril - período da Quaresma, assim como havia uma queda acentuada das bodas no mês de dezembro - Advento).

De outra parte, a realização dos casamentos também obedecia ao ritmo das atividades econômicas predominantes nas respectivas comunidades. Em comunidades agrárias o ciclo de trabalho nos campos influenciava a escolha da data de casamento. No caso da França, por exemplo, assistia-se a um aumento dos matrimônios nos meses de fevereiro (precedendo a Quaresma) e novembro (precedendo o Advento) e um pico no mês de julho, que antecedia os meses de grande trabalho.

¹⁴ MONTEIRO, P. F. Terra que já foi terra. Análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã. Lisboa: Edições Salamandra, 1985, p. 71.

Pelo contrário, quando as fainas agrícolas eram mais intensas o número de casamentos diminuía¹⁵.

Para o caso português Rui Cascão mostra que os comportamentos demográficos das populações no século XIX também obedeciam a estes mesmos tipos de constrangimentos:

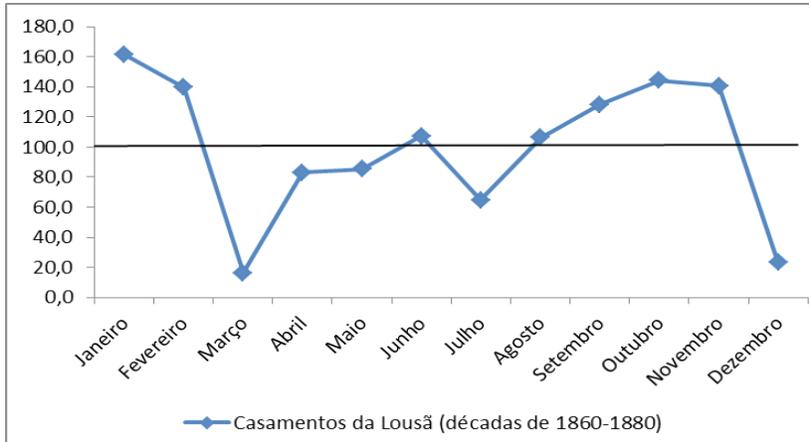
são detectáveis variações que têm a ver com os usos e práticas locais e sociais, mas dependem igualmente de fatores e ritmos de natureza econômica. Nas áreas rurais, é evidente a fuga às épocas do ano em que é mais sensível a acumulação de trabalhos agrícolas (nomeadamente no verão, ou de relativa penúria material (inverno e especialmente a primavera)¹⁶.

A Lousã não fugiu a este padrão. Os interditos foram respeitados e os indicadores revelaram queda acentuada dos casamentos em março e dezembro, em respeito, às interdições impostas aos fiéis católicos. Também durante os meses de verão, especialmente em julho, a queda foi bastante acentuada, colocando o comportamento demográfico português numa posição diferenciada, sobretudo em relação a um pico de casamentos para o mesmo mês, registrado entre a população francesa. Na Lousã a análise das fontes paroquiais apontou para refluxo no número de casamentos no mesmo período do ano.

¹⁵ ANDREAZZA, M. L. O paraíso das delícias. Um estudo da imigração ucraniana 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 176.

¹⁶ CASCÃO, R. Demografia e Sociedade. In: J. Mattoso (ed.). História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, v.5, 1993. Demografia e Sociedade, p.428.

Gráfico 1
Sazonalidade dos Casamentos da Lousã
(décadas de 1860-1880)¹⁷



Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Lousã

A agricultura que era a principal ocupação e fonte de recursos dos lousanenses determinava também o calendário matrimonial. As atividades agrícolas estavam ligadas ao cultivo de diversos gêneros, como a cultura da oliveira, que se concentrava nas encostas, a da vinha, bem como o cultivo dos cereais (o trigo, o centeio e o milho).

No entanto, talvez o fator determinante que explique a queda dos casamentos em julho seja a migração sazonal interna que afetava a população da região da Lousã. Os deslocamentos para as terras alentejanas se iniciavam em maio e o retorno acontecia apenas no final

¹⁷ A sazonalidade foi calculada em forma de índice, para efeitos comparativos. A linha que corresponde ao índice 100 é a média de casamentos registrada no período, indicando assim os meses que ficam acima ou abaixo do índice médio. O procedimento foi adotado nos demais gráficos que tratam a sazonalidade.

do verão. A faina das vindimas, a apanha das azeitonas, a manufatura do azeite e, sobretudo, as ceifas nas terras do além Tejo carregavam os homens que trabalhavam nessas atividades sazonais, de certo impactando o calendário dos casamentos¹⁸. Como fica evidenciado no gráfico 01, no final do verão europeu, a partir de agosto, se percebia na Lousã, o aumento no ritmo dos casamentos, que se mantinha em ascensão até a época do Advento. Sem dúvida, não só por conta do final da temporada de trabalho agrícola na serra da Lousã, mas, sobretudo, pelos ganhos auferidos na labuta sazonal nos campos do Alentejo, que facilitariam a realização das bodas entre os lousanenses.

Se havia preferências (ou constrangimentos) em relação a determinados meses para a realização do matrimônio, havia uma escolha deliberada em relação aos dias da semana favoritos, o que também tinha íntima relação com questões de ordem cultural e religiosa.

Segundo Maria Luiza Andrezza, o terreno fértil da religiosidade popular e das crenças é fundamental para a compreensão da aceitação de alguns dias da semana para a realização das bodas, enquanto que outros eram deixados de lado. Por exemplo, a escolha da segunda-feira para o dia do casamento, em diversas culturas, tem ligação entre o ciclo da lua e a fertilidade (tanto da terra quanto das mulheres). Da mesma forma, outros dias não eram considerados propícios para o casamento: o domingo por ser o dia consagrado às funções religiosas, a quarta e a sexta-feira por estarem associadas à paixão e morte de Jesus Cristo¹⁹.

No caso da comunidade da Lousã, o dia da semana eleito para que os noivos fossem recebidos na igreja paroquial da vila foi quinta-feira. Quase 60% dos casamentos realizaram-se neste dia da semana. Domingo (1,1%), quarta (2,4%), terça (2,7%) eram, respectivamente, os dias mais evitados pelos nubentes. O sábado (13,3%) e, curiosamen-

¹⁸ VEIGA, Teresa Rodrigues. A população portuguesa no século XIX. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 2004, p. 128 e SOUSA, Fernando de. A população portuguesa nos inícios do século XIX. Porto: Universidade do Porto, 1979, p. 305. Tese (Doutoramento).

¹⁹ ANDREAZZA, M. L. O paraíso das delícias. Um estudo da imigração ucraniana 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 161-163.

te, a sexta-feira (11,1%) aparecem como as alternativas imediatas à quinta-feira (ocupavam, entretanto, distantes segundo e terceiro lugares nas preferências dos noivos).

No geral, parece que a comunidade lousanense distribuía, com equilíbrio, ao longo da semana, as celebrações católicas mais importantes para as populações tradicionais: às quintas-feiras os casamentos, aos domingos a missa e, como veremos adiante, as terças-feiras foram escolhidas para os batizados.

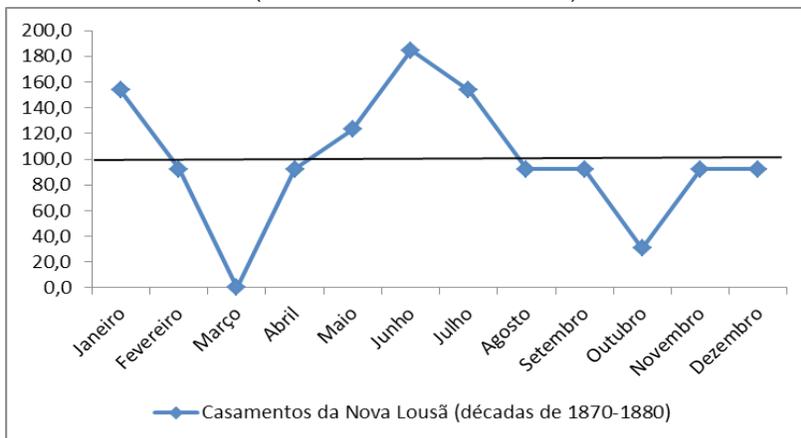
Teriam estes padrões sido alterados pela emigração? A terra de acolhimento teria transformado os lousanenses e criado, efetivamente, outro costume ou tradição “nova-lousanense” em duas décadas?

A confirmação efetiva desta hipótese fica comprometida diante do montante de assentos de casamentos que foram coletados para a população de origem portuguesa radicada na Nova Lousã, pouco menos de quatro dezenas. No entanto, chamou a atenção, inicialmente, a absoluta ausência de casamentos, durante os vinte anos analisados, no mês de março, observando-se os tempos proibidos da Quaresma²⁰.

Na Nova Lousã, também o mês de outubro não se mostrou muito propício às bodas, possivelmente porque era o mês em que se iniciava o plantio do café na região, que se estendia até dezembro. Pelo contrário, os meses de janeiro, junho e julho apareceram como os favoritos, mostrando novos hábitos, especialmente com relação ao mês de julho, ditados pelo ritmo das atividades de trabalho ligadas à cafeicultura.

²⁰ Segundo Maria Luíza Andreazza, François Lebrun é um dos poucos autores que menciona que o direito matrimonial clássico teria proibido casamentos em *tempus feriarum*, qual seja, no Advento e na Quaresma, considerados períodos de mortificação e, portanto, inadequados aos festejos que tradicionalmente acompanham as bodas. Conforme ANDREAZZA, M.L. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, M.S.C.B e BOTELHO, T.R. (orgs). Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p.144.

Gráfico 2
Sazonalidade dos casamentos da Nova Lousã
(décadas de 1870-1880)



Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Nova Lousã

Em relação aos dias de semana eleitos para a realização das bodas, sábado e terça foram os dias preferidos (nove casamentos cada), seguidos da quarta (sete), domingo e segunda (seis cada), finalmente, e de maneira diferente da Lousã, quinta foi um dia pouco escolhido (dois). Na sexta feira nenhum casamento foi realizado. Ou seja, também em relação aos dias escolhidos para a realização dos casamentos, se registrou a tendência de incorporação de “novos costumes”, considerando-se, em todo o caso, a limitação da amostra.

Importa também analisar outro aspecto da nupcialidade, que diz respeito à idade de acesso ao casamento, indicador que tem profundas implicações na reprodução biológica e social das comunidades analisadas.

Numa perspectiva histórica, as idades de acesso ao casamento em Portugal variaram fortemente de acordo com as regiões. Genericamente se admite a existência de dois sistemas matrimoniais: o primeiro

vigente no Portugal do norte e outro no Portugal do sul. Os seus limites estariam definidos grosseiramente entre as regiões que se situavam ao norte ou ao sul do rio Tejo. No Portugal do Norte predominaria o acesso restrito ao casamento, apresentando altos índices de celibato definitivo²¹ e elevadas idades para o primeiro matrimônio, situadas acima de 27 anos de idade para ambos os sexos, comportamento recorrente principalmente no Minho e na Beira. No sul, pelo contrário, o casamento era praticamente universal com idades de acesso bem mais baixas (20-21 anos), tanto para homens como para mulheres²².

Os dados coletados para a Lousã vêm confirmar a tendência de elevadas idades de acesso ao primeiro casamento para a região da Beira e não fugiram aos padrões gerais de toda a província²³. Entre os homens que se casaram na Lousã, a idade de acesso ao matrimônio estava ultrapassava os 29 anos (29,6) no período compreendido entre as décadas de 1860 e 1880. No mesmo período, as mulheres lousanenses se casavam um pouco abaixo da média geral para o Portugal do norte, com idade de 26 anos.

Para avaliar estes resultados é importante referir o contexto mais alargado de Portugal continental, bem como atentar para as diferenças regionais. Obviamente a dificuldade maior ou menor de acesso ao casamento está vinculada a uma série de circunstâncias de cunho demográfico, socioeconômico e cultural. O Portugal do Norte, onde a população estava em constante crescimento, era área de minifúndio, com costumes de herança que privilegiavam um dos herdeiros em detrimento dos demais. Todos estes fatores acabaram por ter influência decisiva nas oportunidades de acesso ao casamento, que em geral

²¹ Do ponto de vista da demografia, considera-se que uma pessoa é definitivamente celibatária quando não se casou até os 50 anos.

²² SCOTT, A. S. V. Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: OIKOS/Editora da UNISINOS, 2012, p.303 e seg.

²³ Teresa R. Veiga apresenta dados sobre toda a Província da Beira, indicando que a idade de acesso ao casamento em 1864 era 29 anos para os homens e 26,9 para as mulheres. Já em 1900, registrou-se em decréscimo, casando-se os homens, em média, aos 27,2 e as mulheres aos 25,9. VEIGA, Teresa Rodrigues. *A população portuguesa no século XIX*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2004.

eram bastante restritas, como deixam entrever os dados sobre o celibato e a idade ao primeiro casamento. Para a Lousã, a taxa de celibato definitivo (indivíduos que falecem solteiros com 50 anos ou mais) ficou em 20,5% para as mulheres e 12,2% para os homens²⁴, comprovando que o acesso ao casamento não era universal e que, especialmente para as mulheres, essa opção era bastante mais limitada, já que um quarto delas havia falecido solteira, naquela faixa etária²⁵. Neste contexto, de limitado acesso à terra e de distribuição desigual da herança e dos recursos, a emigração aparecia como uma alternativa atraente, especialmente para os homens²⁶, o que, de fato, foi um traço de caráter secular, que marcou a região a norte do Tejo desde, pelo menos, o século XVI.

Em relação à emigração, a região da Beira perdia apenas para outros distritos do Norte (Viana, Braga e Porto). Ao analisar a emigração global por distritos, entre 1866 e 1960, Joel Serrão dividiu o país em quatro zonas, de acordo com os diversos níveis de expulsão: a zona norte (a partir do rio Mondego – região de Coimbra); a zona central; Alentejo e Algarve. Na zona norte, o centro era o distrito do Porto (15%), cujo raio de atração expandiu-se em direção a Aveiro e Viseu (10.1% a 15%); ainda no interior desta zona, teríamos Braga, Vila Real, Bragança, Guarda e Coimbra (5.1% a 10%) e, fechando a zona, Viana do Castelo (1.1% a 5%). A zona central incluiria Lisboa, Leiria, Santarém, Castelo Branco (1.1% a 5%). No mesmo nível estaria o Algarve. A região do Alentejo constituía a zona de menor índice de expulsão, com uma participação praticamente desprezível (1%)²⁷.

A Beira, inclusive, registrou elevação das taxas médias anuais de emigração na segunda metade do XIX. Entre 1867 e 1871, por exemplo, apresentava uma taxa de emigração da ordem de 0,7 por mil habi-

²⁴ Para a Nova Lousã não foi possível efetuar este cálculo, pois os assentos de óbito não foram localizados.

²⁵ Para uma discussão sobre a questão do acesso ao casamento e o celibato definitivo, ver SCOTT, A. S. V. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: OIKOS/Editora da UNISINOS, 2012, especialmente Parte IV.

²⁶ *Ibidem*, Parte I

²⁷ SERRÃO, J. *A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX*. In: (Ed.). *Temas Oitocentistas*. Lisboa: Livros Horizonte, v.1, 1980, p. 137-139 e p.161-186.

tantes, que subiu continuamente até os finais do XIX, ficando em 4,0 por mil entre 1880-1882 e 6,2 por mil entre 1896-98. Também nos mesmos intervalos temporais, o distrito de Coimbra, especificamente, chegou a uma taxa de 3% dos emigrantes no primeiro momento, subindo para 11,6 no segundo, fechando o século XIX em 10,6% dos emigrantes²⁸.

Essa emigração diferencial gerava uma sobrepopulação feminina nos distritos mais afetados pelo fenômeno, e este foi o caso da vila da Lousã em todo o período estudado. Um indicador importante que confirma a emigração diferencial masculina é a razão entre os sexos. Na vila da Lousã, encontramos razões em torno dos 85/89 homens para cada 100 mulheres na década de 1860, que impactaram nos altos índices de celibato definitivo entre as mulheres.

E a população lousanense que decidiu emigrar? Manteria este mesmo padrão de casamento restrito e tardio que havia predominado na terra de origem?

A tendência evidenciada pelos poucos assentos de casamento registrados na Nova Lousã revelou que a idade ao primeiro casamento tendeu a diminuir entre a população que imigrou para o núcleo colonial da Nova Lousã. A queda foi registrada para ambos os sexos, embora a diminuição no caso das mulheres tenha sido bastante forte (quase sete anos). Na Nova Lousã os homens casavam-se aos 27,2 anos, em média, e as mulheres aos 19,3.

Se estes dados forem comparados com outras populações imigrantes, vemos que as mulheres portuguesas radicadas na Nova Lousã não eram exceção ao se casarem mais jovens, embora o fizessem mais precocemente que as mulheres de outras etnias. Maria Silvia Bassanezi reuniu dados que mostram que os estrangeiros do sexo masculino se casavam acima dos 23 anos, enquanto que as idades das mulheres estariam rondando os 20 anos. Comparando os resultados relativos às mulheres da Nova Lousã aos dados reunidos pela autora, foram as lou-

²⁸ ROWLAND, R. Velhos e Novos Brasis. In: BETHENCOURT F e CHAUDHURI, K. (ed.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, v.4, 1998, p. 312.

sanenses que se casaram mais precocemente. Mesmo quando os dados foram cotejados com outras mulheres portuguesas, elas casavam, em média, aos 20,7 anos²⁹. Nossa amostra, ainda que limitada a quatro dezenas de casos, não colocou em causa a tendência de diminuição da idade de acesso ao casamento para as populações de imigrantes.

A maioria dos casamentos reunia, obviamente, indivíduos solteiros (85,6%), embora quase 14% dos casamentos envolvessem viúvos. Para a Nova Lousã os dados não permitiram este tipo de análise, pois o estado matrimonial dos noivos não vinha explicitado com clareza.

A questão da origem dos cônjuges também foi examinada, apontando para uma forte endogamia geográfica. Os dados apresentados para a Lousã dizem respeito apenas e tão somente para o caso de conhecermos a naturalidade do noivo e da noiva, o que reduziu nossa amostra para 981 assentos de casamentos.

Consideramos ainda a situação da origem dos noivos a luz de duas hipóteses. Primeiramente, se examinamos o caso dos noivos que nasceram e se casaram apenas na vila da Lousã, encontramos mais de $\frac{3}{4}$ dos matrimônios, somando 75,4% dos casos. Na hipótese de considerar os indivíduos que nasceram no concelho da Lousã (os naturais da vila, e das freguesias do Casal do Ermio, Foz de Arouce, Serpins e Vilarinho), este conjunto reunia 84,4% dos noivos. Escassos 1,6% dos casamentos diziam respeito aos casos onde ambos, homens e mulheres eram naturais de outros locais de Portugal. Havia uma forte concentração da escolha dos parceiros matrimoniais entre indivíduos da mesma localidade.

A tendência de se escolher os cônjuges entre indivíduos com as mesmas vivências, costumes e tradições foi predominante na Nova Lousã. Ali, 77% dos casamentos uniram indivíduos portugueses. Se acrescentarmos aqueles em que, pelo menos um dos noivos era natural de Portugal, elevaríamos este número a 87,2% do total.

²⁹ BASSANEZI, M. S. C. B. Considerações sobre os casos de celibato e a idade ao casar no passado brasileiro. Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v.1, 1994, p. 387-388.

Enfim, o casamento marcava o início de uma nova família e a vinda da prole, pelo menos para a maioria dos habitantes das duas comunidades. Contudo, para muitos dos portugueses e das portuguesas, o nascimento dos filhos, nem sempre, se dava na vigência do matrimônio abençoado na igreja.

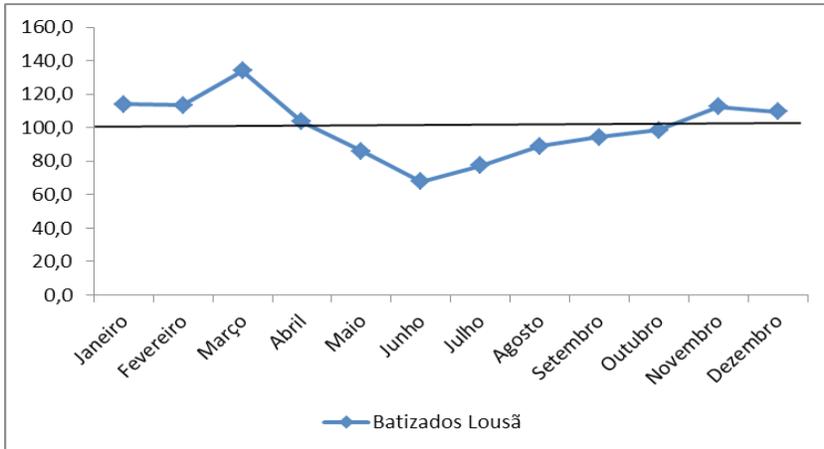
Começo analisando a questão da fecundidade pela sazonalidade dos batizados³⁰. No período analisado para a Lousã, os 4.547 batizados registrados distribuíam-se ao longo do ano, com mais intensidade nos meses iniciais e finais (janeiro a março / novembro e dezembro), conforme o gráfico 03. A queda no número de batizados concentrava-se entre abril e outubro, e a menor incidência foi registrada no mês de junho. Acredito que a distribuição dos batizados esteja atrelada ao calendário agrícola e às saídas da população para a migração sazonal para o Alentejo.

A amostra coletada para a população de origem portuguesa radicada na Nova Lousã, que se limita aos dados disponíveis entre décadas de 1870-1880, apontou para uma distribuição muito diferente, obedecendo a imperativos ligados, não só às atividades econômicas da produção do café (que era novidade para a totalidade dos imigrantes), como também a adaptação ao novo meio-ambiente, à nova rotina de vida, aos novos costumes da terra de acolhimento.

³⁰ Veja-se nota 17. O mesmo procedimento adotado no estudo da sazonalidade dos casamentos foi adotado para a análise dos batizados, para possibilitar a comparação dos resultados.

Gráfico 3

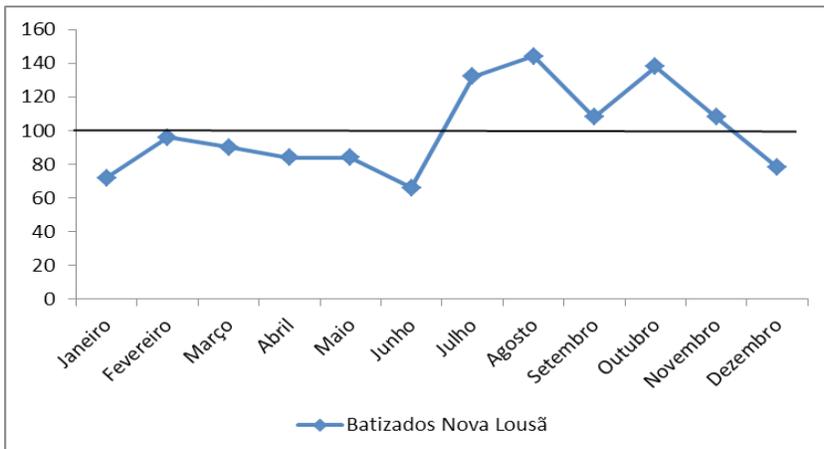
Sazonalidade Batizados na Lousã (décadas de 1860-1880)



Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Lousã

Gráfico 4

Sazonalidade dos Batizados na Nova Lousã (décadas de 1870-1880)



Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Nova Lousã

As atividades nas fazendas de café variavam bastante de acordo com a época do ano. De acordo com Bassanezi, o ritmo do trabalho mais duro na fazenda estava concentrado entre os meses de abril/maio a outubro/novembro. Entre os meses de outubro e novembro, a colheita do café estava entrando em sua fase final.

Ainda em relação ao batizado das crianças nascidas nas duas localidades busquei estudar a incidência das crianças registradas como “naturais”, ou seja, aquelas nascidas de mães solteiras, o que remete para o estudo da ilegitimidade.

A análise dos assentos de batizado da Lousã revelou baixo percentual de crianças naturais, quando comparados a outras regiões de Portugal, especialmente ao Minho e a Trás-os-Montes (províncias ao norte do país). Naquelas regiões as taxas de ilegitimidade eram muito elevadas, podendo chegar os 20%, 25% e, até ultrapassar 30%, em algumas localidades³¹. Na região da Lousã essa cifra não chegou a alcançar 7 % em todo o período analisado. A comparação desses resultados com batizados realizados na Sé de Coimbra, mostrou que nesta última freguesia os percentuais eram ainda mais baixos (entre 2% e 4%)³².

O antropólogo português João de Pina Cabral avança a hipótese de relacionar a ilegitimidade com a dificuldade de acesso a terra³³. Paulo Monteiro ao estudar a Lousã, admitiu que, se a clivagem significativa se encontrava entre proprietários de terra e os trabalhadores sem terra, os indicadores pouco expressivos de ilegitimidade encontrados nos levariam a supor que, no caso da Lousã, esta clivagem não chegava a se realizar, pois “*não encontramos nenhuma casa completamente sem terra*”³⁴.

³¹ SCOTT, A. S. V. Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: OIKOS/Editora da UNISINOS, 2012, p. 353.

³² Embora os resultados sejam relativos à primeira metade do XIX, conforme se observa em ROQUE, João L. A população da freguesia da Sé de Coimbra (1820-1849). Breve estudo demográfico. Coimbra: Faculdade de Letras, 1988, p.41.

³³ PINA CABRAL, J. Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão de mundo camponesa no Alto Minho. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1989.

³⁴ MONTEIRO, P. F. *op.cit.*

Para a Nova Lousã, entre os 200 assentos de batizado recolhidos, a incidência da ilegitimidade também foi baixa, menor ainda que a da população lousanense: 3,5% eram os batizados de crianças naturais. Isto significa que os indivíduos que emigraram continuaram com o mesmo comportamento: casar para, a partir daí, gerar sua prole. É necessário considerar também que, talvez, a forte endogamia que marcou os casamentos entre os imigrantes na Nova Lousã, seja mais um fator que tenha contribuído para os baixos índices de ilegitimidade, mesmo em relação à comunidade de origem.

Tabela 1

Indicadores comparativos de ilegitimidade em Portugal

Distrito	Localidade	1860	1870	1880	1890
Viana	Couto	14,3	20,3	20,5	14,3
	Paço	11,1	9,6	12	12,6
	Lanheses	11,3	15,1	10,1	13,9
Bragança	Mosteiro	-	29,2	35,2	40,8
Braga	Barcelinhos	14,2	15,9	16,3	16
	Mosteiro	22,3	19,8	21,1	21,9
	Cambeses	21,7	17,1	6,3	5,8
	Ronfe	6,5	6,1	4,1	5,4
	Regalados	9,2	9,2	9,2	9,2
	Alvito	11	25	23	13
Coimbra	Lousã	6,3	6,8	6,8	6,7

Fonte: Scott, A. S. V. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: OIKOS/Editora da UNISINOS, 2012:353

Considerando a importância dada pelas populações católicas ao batizado, é importante comparar a diferença no intervalo de tempo que se dava entre o nascimento da criança e o subsequente batizado³⁵. Aqui a diferença é bem marcante, pois enquanto que na Lousã 59% das crianças eram batizadas antes de completar duas semanas de vida, a situação das crianças nascidas de pais portugueses radicados no interior da província de São Paulo mostra que pouco mais de 20% (20.5%) das crianças nascidas na Nova Lousã eram batizadas neste intervalo.

Tabela 2
Intervalo entre o Nascimento e o Batizado da Lousã
(décadas de 1860-1880)

Intervalo em dias	Total	%	% Acum.
até 7 dias	630	13,9	13,9
de 8 a 14 dias	2050	45,1	58,9
de 15 a 30 dias	1363	30,0	88,9
de 31 a 60 dias	339	7,5	96,4
60 ou mais dias	165	3,6	100,0
Total geral	4547	100,0	

109

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Lousã

Até a criança completar o primeiro mês de vida, quase 90% delas já estavam batizadas na Lousã, ao passo que, na Nova Lousã esse índice não alcançava a metade das crianças (47.0%). Um dos motivos

³⁵ As indicações das constituições sinodais que regiam a matéria, tanto em Portugal como no Brasil, exortavam que as crianças fossem batizadas até o oitavo dia depois do nascimento, para evitar o perigo da criança falecer sem o sacramento e ir para o “limbo”.

que talvez explique essa mudança pode estar relacionado à dificuldade de locomoção para ir até a igreja (no caso do batizado ocorrer fora da fazenda) ou, pelo contrário, a espera da vinda do padre à capela que existia na propriedade para officiar a cerimônia de batizado das crianças e que, depois, seriam assentados nos livros respectivos.

Tabela 3
Intervalo entre o Nascimento e o Batizado da Nova Lousã
(décadas de 1870-1880)

Intervalo em dias	Total	%	% Acum.
até 7 dias	23	11,5	11,5
de 8 a 14 dias	18	9,0	20,5
de 15 a 30 dias	52	26,0	46,5
de 31 a 60 dias	59	29,5	76,0
60 ou mais dias	48	24,0	100,0
Total geral	200	100,0	

110

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Nova Lousã

A escolha do dia da semana para celebrar o batizado das crianças também revelou algumas diferenças de comportamento em relação à população da Lousã e aquela que emigrou e se radicou na Nova Lousã.

O dia eleito para levar as crianças recém-nascidas para a celebração do batismo na Lousã era a terça-feira, com uma preferência crescente em todo o período analisado, partindo de 46,3% para 62,7% do total dos batizados. Domingos e sextas-feiras eram os dias da semana menos frequentes para a realização da cerimônia. Também nesse caso o domingo estava excluído, provavelmente por conta do costume/obri-

gação de se ir à missa, o que foi apontado anteriormente em relação ao casamento. Sexta-parecia ser, da mesma maneira, um dia pouco apropriado para batizar as crianças, provavelmente vinculado à superstição, que remonta a antiguidade, de que sexta-feira é um dia nefasto e de “mau agouro”, o que se aplicava também à celebração das bodas.

Existiria alguma razão para explicar a escolha da terça-feira entre os habitantes da Lousã? A hipótese é a ocorrência de uma feira mensal naquele dia da semana. O fato de um grande número de pessoas acorrerem à vila nos dias de feira, para realizar compras e negócios poderia facilitar o encontro entre os habitantes dos mais diferentes cantos da vila e do concelho. As feiras são espaços de sociabilidades importantes, e proporcionariam a oportunidade e a disponibilidade necessária para cumprir com as solenidades do batizado das crianças, reunindo com mais facilidade os pais e os padrinhos.

Tabela 4
Distribuição semanal dos Batizados na Lousã
(décadas de 1860-1880)

Dia da Semana	1860/69		1870/79		1880/89		Total	
	Bat.	%	Bat.	%	Bat.	%	Bat.	%
Domingo	78	5,1	52	3,6	58	3,7	188	4,1
Segunda	96	6,3	83	5,7	82	5,3	261	5,7
Terça	707	46,3	814	55,8	978	62,7	2499	55,0
Quarta	173	11,3	121	8,3	110	7,1	404	8,9
Quinta	193	12,6	166	11,4	111	7,1	470	10,3
Sexta	111	7,3	89	6,1	88	5,6	288	6,3
Sábado	169	11,1	135	9,2	133	8,5	437	9,6
Total	1527	100	1460	100	1560	100	4547	100

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Lousã

Para a comunidade de portugueses imigrados na Nova Lousã, a quinta-feira era o dia preferido para batizar as crianças, embora essa supremacia não fosse tão acentuada em detrimento da terça-feira (dia preferido na Lousã), levando a uma distribuição mais equilibrada entre os outros dias da semana. Sublinhe-se a sexta-feira passou a registrar uma porcentagem significativa dos batizados (15%). O domingo, da mesma maneira, também aparece com uma opção, ao contrário do que ocorria na comunidade de origem. Parece plausível admitir que a dificuldade dos deslocamentos e/ou presença do pároco na fazenda induzisse os pais e padrinhos a juntarem a obrigação de ir à missa dominical, aproveitando também para batizar os filhos.

Tabela 5
Distribuição semanal dos Batizados na Nova Lousã

Dia da Se- mana	1870/79		1880/89		Total	
	Bat.	%	Bat.	%	Bat.	%
Domingo	5	13,5	25	15,3	30	15,0
Segunda	6	16,2	9	5,5	15	7,5
Terça	9	24,3	24	14,7	33	16,5
Quarta	10	27	20	12,3	30	15,0
Quinta	2	5,4	36	22,1	38	19,0
Sexta	1	2,7	23	14,1	24	12,0
Sábado	4	10,8	26	16	30	15,0
Total	37	100	163	100	200	100

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Nova Lousã

Além das opções em relação ao dia do batizado, a análise relativa às práticas de nomeação e ao leque de nomes escolhidos para as crianças é um campo instigante a ser explorado. Haveria diferença entre as escolhas verificadas entre os dois grupos? Os e/imigrantes procurariam reforçar os laços com a terra natal através da escolha dos nomes para os filhos nascidos no Brasil? O que os dados revelaram sobre este comportamento?

Na Lousã mais da metade das meninas levadas à pia batismal no período estudado recebeu o nome de Maria ou nomes compostos com Maria (Maria... 55,3%).

Tabela 6
Distribuição dos nomes femininos nos batizados - Lousã

Nome	Qde	%	% Acum.
Maria	700	31,4	31,4
Maria...	534	23,9	55,3
Ana	138	6,2	61,5
Rosa	67	3,0	64,5
Joaquina	56	2,5	67,0
Guilhermina	44	2,0	69,0
Mariana	38	1,7	70,7
Adelaide	35	1,6	72,2
Emília	27	1,2	73,4
Júlia	23	1,0	74,5
Outros	570	25,5	100,0
Total	2232	100,0	

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Lousã

Apesar de o conjunto ser muito amplo, a análise empreendida selecionou, inicialmente, os cinco nomes que tinham a preferência dos pais. Além de Maria, os nomes mais escolhidos foram Ana, Rosa, Joaquina e Guilhermina (quase 70% do total). Fora deste universo de nomes, o leque registrou mais de 500 opções diferentes.

No caso dos meninos que foram batizados na Lousã encontrei a mesma concentração em pequeno conjunto de opções, apesar dos mais de 400 nomes arrolados. O nome preferido era José, embora não chegasse a ter um peso semelhante ao das “Marias” da Lousã. Dos meninos batizados, mais de 70% recebiam nomes tradicionais como José (e nomes compostos com José), Manoel, Antônio, João, Francisco e Joaquim, nesta ordem de preferência.

Os registros de batizado da Nova Lousã mostram que a preferência pelo nome Maria para as meninas persistiu, em quase 20% dos casos. Mas, guardadas as distorções pela limitação da amostra, o leque de nomes preferidos é diferente, sublinhando-se o aparecimento de nomes como Benedita e Belmira.

Tabela 7
Distribuição dos nomes masculinos nos batizados

Lousã

Nome	Qde	%	% Acum.
José	449	19,5	19,5
Manoel	387	16,8	36,3
Antônio	305	13,3	49,6
João	184	8,0	57,6
Francisco	160	7,0	64,6
Joaquim	160	7,0	71,5
Luiz	66	2,9	74,4
Adelino	59	2,6	77,0
Augusto	43	1,9	78,8
Fernando	32	1,4	80,2
Abílio	27	1,2	81,4
Outros	428	18,6	100,0
Total	2300	100,0	

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Lousã

Tabela 8
Distribuição dos nomes femininos nos batizados

Nova Lousã

Nome	Qtde	%	% Acum.
Maria ...	18	19,1	19,1
Joana	5	5,3	24,5
Benedita	4	4,3	28,7
Belmira	4	4,3	33,0
Rosa	3	3,2	36,2
Ana	3	3,2	39,4
Amélia	3	3,2	42,6
Alzira	3	3,2	45,7
Outros	51	54,3	100,0
Total	94	100,0	

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Nova Lousã

No caso dos meninos, os nomes preferidos na Lousã foram mantidos no outro lado do Atlântico, registrando-se apenas uma inversão na ordem das preferências.

Tabela 9
Distribuição dos nomes masculinos nos batizados

Nova Lousã			
Nome	Qtde	%	% Acum.
João	16	15,1	15,1
José	14	13,2	28,3
Antônio	10	9,4	37,7
Joaquim	6	5,7	43,4
Manoel	3	2,8	46,2
Sebastião	3	2,8	49,1
Benedito	3	2,8	51,9
Outros	51	48,1	100,0
Total	106	100,0	

116

Fonte: NACAOB_Registros Paroquiais – Nova Lousã

As crianças batizadas como João, José, Antônio, Joaquim, Manoel, perfizeram 46,2% do total. Registrei na Nova Lousã, no entanto, a ausência de Francisco e a inclusão de Sebastião e Benedito.

O nome da criança batizada estava também vinculado ao nome dos padrinhos, o que está em acordo com estudos sobre o compadrio que analisam inclusive outros segmentos populacionais, como os escravos.

Na Lousã essa ligação foi recorrente e compõe mais da metade dos casos: foi identificada em 64,4% dos assentos de batizado dos meninos e, no caso das meninas, foram 56,4% dos atos em que houve coincidência entre o nome da criança batizada e a madrinha.

Na Nova Lousã este costume não se verificou com a mesma intensidade. A coincidência entre o nome dos batizados(as) e dos padrinhos/madrinhas ocorreu em apenas 11,8% no caso dos batizados das meninas e em 20,8% para o caso dos meninos. Mas aqui a hipótese explicativa é que outros fatores interferiram, tanto na escolha dos nomes, como na própria seleção dos padrinhos.

A emigração para o interior da província de São Paulo, sob os auspícios do Comendador Montenegro, fez com ele fosse escolhido para ser padrinho de muitas das crianças nascidas fazenda de sua propriedade, o que explicaria a escolha do nome João. O irmão do comendador, o padre José Daniel de Carvalho Montenegro (que viveu durante um período na colônia), também cumpriu algumas vezes este papel. O comendador Montenegro foi padrinho em 63 dos 200 batizados registrados na Nova Lousã (31,5% do total), assim como seu irmão foi padrinho em nove batizados.

Contudo, a particularidade dos batizados da Nova Lousã diz respeito à escolha de nomes de personagens da história de Portugal, especialmente para os meninos. O vínculo com a terra de origem era reforçado através da homenagem que se prestava personalidades marcantes nas letras, nas navegações etc. Assim, não foram incomuns os meninos batizados com nomes que reverenciavam figuras como Alexandre Herculano, Vasco da Gama, Afonso Albuquerque, Egas Moniz, Gil Vicente, Nuno Álvares, Fernão Magalhães, Damião de Góes, Pedro Álvares.

Cabe, por fim, destacar as possibilidades que a micro-história oferece aos estudiosos do fenômeno migratório que, não deve ficar limitada à abordagem quantitativa. Embora esta última tenha sido privilegiada até aqui, não dá conta de recuperar a diversidade das experiências individuais e familiares de grupos de imigrantes.

A análise qualitativa, com base nos seguimentos nominativos, efetuada para a população em tela revelou outras facetas do peculiar caso da emigração/ imigração entre a Lousã e a Nova Lousã, na segunda metade do século XIX. O cruzamento de diferentes fontes nominativas gerou um conjunto de dados sobre trajetórias de indivíduos e famí-

lias que foram reconstituídas, permitindo que se identificassem “usos” e estratégias diferenciadas para incorporar o processo migratório na reprodução (biológica e social) das famílias, tema que foi abordado em outra oportunidade³⁶.

No entanto, e de forma geral, é importante sublinhar que o estudo da migração lusa para a Colônia da Nova Lousã colocou em evidência a forte coesão familiar e de vizinhança, construída na terra natal e que servia de “lastro” e de apoio, no processo de desenraizamento e inserção no novo ambiente encontrado no interior da província de São Paulo.

A preservação e o reforço de uma malha de relações anterior à migração eram fatores decisivos em todas as etapas do processo. Esses vínculos foram especialmente relevantes para os lousanenses, ao lembrarmos a forma como se realizava o processo de recrutamento de seus empregados, marca distintiva do núcleo colonial Nova Lousã.

O Comendador Montenegro fazia pessoalmente o recrutamento dos colonos que eram admitidos como trabalhadores na fazenda de sua propriedade. De fato, o sistema de recrutamento utilizado era original: aproveitando-se de sua própria condição de imigrante, a escolha das famílias camponesas dispostas a emigrar era feita diretamente por ele, ou segundo suas indicações:

O sr. Monte-Negro é oriundo daquela mesma povoação, cujos habitantes elle conhece pessoalmente. Por isso, faz elle a sua escolha com pleno conhecimento de causa, e os recém-chegados se encontram, quase sem transicção, entre amigos de que apenas se achavam separados pelo lapso d’alguns annos³⁷.

Diferentemente de outros núcleos coloniais, a opção pela emigração estava ancorada em uma forte relação de confiança, que se es-

³⁶ Veja-se SCOTT, A. S.V. “Entre idas e vindas”: a contribuição da micro-história para o estudo da migração entre Portugal e o Brasil. In: Vendrame, M. I.; Karsburg, A.; Moreira, P.R.S. Ensaios de micro-história: trajetória e imigração. São Leopoldo: Oikos/ Ed. Unisinos, 2016, p. 211-233.

³⁷ GAZETA DE CAMPINAS, 17 de outubro de 1872, apud MONTE-NEGRO, João Elisário de Carvalho Montenegro. Opúsculo sobre a Colônia Nova-Louzã fundada por João Elisário de Carvalho Monte-Negro em 1867. Campinas: Typographia Gazeta de Campinas, 1872.

treitava ao longo da permanência na colônia. A análise das práticas de nomeação e das relações de compadrio entre proprietário e seus empregados, mencionadas anteriormente é ilustrativa das conexões (re)construídas, que reforçavam vínculos de consanguinidade, de afinidade, de parentesco espiritual e de vizinhança, entre os membros da comunidade da Nova Lousã.

Corroborar esta afirmação o relato de um comissário do governo imperial que visitou a fazenda de Montenegro em 1870:

A Nova Lousã é antes uma família do que uma colônia, e separa-se dos outros estabelecimentos análogos da província³⁸.

Como foi referido em trabalho anterior, era como se o compromisso assumido no momento do recrutamento ligasse Montenegro a estes indivíduos e famílias, de uma forma que ia muito além do mero contrato de trabalho. A preocupação expressa pelo fazendeiro em relação aos trabalhadores emerge a partir de medidas concretas tomadas, como a fundação de uma escola noturna e a instituição de uma caixa de benefícios, que são testemunhos efetivos da busca da melhoria da condição de vida dos lousanenses que atenderam ao seu chamado³⁹.

Ao longo do tempo, configurou-se então uma rede dinâmica e bem articulada entre a Lousã, em Portugal e a Nova Lousã, no interior paulista. Essa rede tendeu a se ampliar ao longo dos anos, tanto pelas informações que chegavam por carta à Lousã e Nova Lousã, quanto pelo testemunho vivo dos que retornavam (alguns iam e vinham) de tempos em tempos. A análise de algumas trajetórias mostrou claramente a disposição de indivíduos permanecerem durante algum tempo no Brasil, mas depois retornar a Portugal.

³⁸ Ibidem, p. 36-37.

³⁹ TRUZZI, Oswaldo; SCOTT, A. S. V. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia da Nova Lousã, em São Paulo. Revista da Faculdade de Letras. Série de História (Universidade do Porto), Porto, v. 6, p. 339-354, 2005.

Esse retorno à terra natal pode ser interpretado como sinal da intensa mobilidade entre origem e destino, sugerindo estratégias de migração circular e um grau tênue de ruptura com a origem. Assim, após alguns anos de trabalho na fazenda, voltavam à terra natal e esses mesmos colonos sugeriam ao fazendeiro a contratação e a importação de outros parentes e conhecidos. Essa política rendeu seus frutos já que, segundo o proprietário:

a melhor recomendação, que temos á favor deste estabelecimento, são os pedidos, que em sua maior parte os nossos empregados nos dirigem para mandarmos vir parentes ou visinhos seus⁴⁰.

O próprio Montenegro, nos seus escritos sobre a Nova Lousã, indicava a importância fundamental que as redes familiares e de vizinhança tinham entre os colonos radicados na sua fazenda. No relatório apresentado em 1875 ele arrolou o “*mapa das famílias e parentes mais próximos atualmente existentes na Nova Lousã*”, com a ressalva de que deixava de “*mencionar aqui o grande número de primos de 1º e 2º grão*”⁴¹:

120

Francisco Guilherme Rodrigues

Maria Serra de Jesus

Filhos: Alexandre Herculano

Antônio Guilherme

Anna Clara

João Gonçalves

Maria Piedade Gonçalves

Filhos: Peregrina Eugênia

Eugênia Ernestina

Damião Francisco

Victoria de Jesus

⁴⁰ MONTENEGRO, J. E. C. Opúsculo sobre a Colônia Nova Louzã. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas. 1872, p. 13.

⁴¹ MONTENEGRO, João Elisário de Carvalho. Colônias Nova-Louzã e Nova Colômbia. Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Presidente da Província de São Paulo – 6 de fevereiro de 1875. São Paulo: Typ. da Província de São Paulo, 1875. Nesta lista encontram-se os nomes sublinhados, que se referem a personagens da história e da cultura portuguesa.

Filhos: Maria Victoria

Manoel Elysio Crespo

Carolina Amélia

Branca de Nazareth

Etelvina Jesus

Lusitana Augusta

Alexandre Herculano

Manoel Pedro Gomes

Ludovina Maria

Filhos: Roza Elysa

Egas Moniz

Manoel Carvalho

Eufrazia Maria

Filho: Vasco da Gama

Manoel das Neves

José das Neves, irmão

João Francisco

Antônio Fernandes, sobrinho

José Santos Semide

Anna Conceição

Filhos: Jacintha

Martim Freitas

Joaquim Couceira Arouce

Anna da Serra

Filho: Afonso de Albuquerque

Manoel Viriato da Serra

Irmãos: João Herculano Serra

Maria Piedade Serra

Antônio Afonso Serra

Joaquim Antônio Catarredor

José Antônio, filho

Manoel Dias

Joaquim Dias, filho

José Ignácio Serra,

Serafim da Serra, irmão

Antônio Simões Secco

Joaquim Secco, irmão

Herculano Simões

Sobrinhos: Antônio Simões Sarnadinha

Herculano Simões, sobrinho (ambos são irmãos)

Miguel Maria

José Maria, irmão
Manoel Alves Serrano,
Antônio Rodrigues Serrano, sobrinho.

As redes e as amizades atuavam em todas as etapas, incluindo mesmo os trâmites para a obtenção do passaporte para a viagem para o Brasil, no Governo Civil de Coimbra. Eram comuns os casos em que grupos de indivíduos tiravam o passaporte juntos e viajavam no mesmo navio, em direção ao Brasil, seguindo juntos, de trem, para a Nova Lousã.

O cruzamento nominativo das fontes paroquiais com os registros de passaporte e outras fontes revelaram ainda outros aspectos desse fluxo migratório que partia da Lousã. Entre eles, a informação sobre a idade que esses indivíduos deixaram sua terra para tentar a sorte no Brasil.

A amostra que consegui recompor através do cruzamento nominativo indicou que os homens que saíram da Lousã tinham em média 24,7 anos, enquanto que as mulheres tinham 22. Especialmente em relação aos homens esse comportamento difere bastante do perfil da imigração portuguesa para o Brasil, ao longo do XIX, quando os rapazes eram bem mais jovens, com 12, 13, 14 anos.

Através dos passaportes, vimos ainda que a maioria dos homens que partia declarava ser “trabalhador”, confirmando as hipóteses de Paulo Monteiro, citadas anteriormente. Em 72 passaportes de indivíduos que emigraram para a Nova Lousã, para os quais a ocupação foi declarada, 65 foram dados como trabalhadores. Além desse grupo, outras ocupações foram arroladas naquelas fontes, como carpinteiro, pedreiro, moleiro. Apenas uma mulher teve passaporte com ocupação declarada: costureira.

As mudanças nesse perfil, ao chegar à Nova Lousã, logo se fizeram sentir, já que pelo Mapa Geral de 1875, as ocupações listadas foram muito mais variadas, denotando, talvez, um grau de mobilidade ascendente, e que alguns dos indivíduos procuravam se adaptar às novas circunstâncias, embora entre os 129 homens que tiveram a ocupação

arrolada na referida fonte, cerca da metade ainda se declarava como “trabalhador”⁴².

Tabela 10
Ocupação dos colonos no Mapa Geral de 1875

Ocupação	Quant.
Administrador	1
Alfaiate	2
Caixeiro	1
Carpinteiro	11
Carreiro	3
Carroceiro	1
Carroceiro proprietário	4
Cocheiro	1
Cozinheiro	1
Empregado doméstico	1
Empregado em fábrica de tecido	2
Empregado em um hotel	1
Empregado em uma cocheira	1
Empregado em uma fábrica de tecidos	1
Empregado na E.F. Paulista	2
Empreiteiro na E.F.	1
Está a voltar para a Colônia	1
Feitor de terreiro	2
Ferreiro	1

⁴² Para o conjunto de 22 mulheres arroladas essa informação não estava disponível na fonte.

Ignora-se	1
Lavrador	5
Negociante	6
Negócio	3
Negócio volante	1
Pedreiro	3
Proprietário da Nova Lousã	1
Sapateiro	3
Sócio em um hotel	1
Telheiro	2
Trabalhador	62
Total	129

Fonte: Mapa Geral das Pessoas que tem vindo para a Nova Louzã desde sua fundação. Montenegro, João Elisário de Carvalho. Colônias Nova-Louzã e Nova Colômbia. Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Presidente da Província de São Paulo – 6 de fevereiro de 1875. São Paulo: Typ. da Província de São Paulo, 1875 (1875).

Como conclusão pode-se afirmar que o curto período de duas décadas, em que Montenegro manteve sua propriedade no interior de São Paulo, propiciou uma experiência peculiar para algumas dezenas de indivíduos e famílias naturais da região da serra da Lousã, assim como uma oportunidade ímpar para a análise do processo migratório de portugueses para o Brasil.

Diferentemente da maioria dos imigrantes que se imigraram e “desaparecem” entre os brasileiros, o grupo de lousanenses se manteve coeso no mesmo ambiente, em contato muito próximo e intenso com companheiros de “travessia”, assim como com os amigos e familiares que permaneceram na terra natal. Na Nova Lousã os vínculos construídos entre conterrâneos se reforçaram, estimulados pela política de recrutamento e pelo sistema de administração impostos por Montenegro.

Para mais, a possibilidade de comparação entre os comportamentos relativos à nupcialidade e à fecundidade da população lousanense, com aquela que e(i)migrou foi outro aspecto que pude explorar, colocando em evidência mudanças importantes entre os dois grupos, bem como em relação ao perfil dos e/imigrantes portugueses, afinal as condições ecológicas e econômicas na terra de acolhimento diferiam muito daquelas deixadas na outra margem do Atlântico e, no caso da Nova Lousã, elas jogaram papel decisivo.

Apesar das diferenças, a forte coesão do grupo (revelada através das redes familiares consolidadas) foi um elemento essencial para manter “em alta” a ligação afetiva, que se reforçava e se retroalimentava com as “lembranças da terra”, simbolizadas, sobretudo, com a escolha dos nomes para batizar as crianças nascidas “do lado de cá”, e que mantinham acesa a chama com a história e a cultura de Portugal, conectada através das homenagens prestadas, por exemplo, aos navegadores, que séculos antes, como eles próprios, haviam se lançado à “descoberta de novas terras” e de novas oportunidades.

Muitos outros temas podem ser abordados, a partir do estudo deste caso. Especialmente a recomposição de trajetórias individuais e familiares, a exemplo de algumas que analisei em diferentes oportunidades. O desafio que fica é ampliar o cruzamento das fontes nominativas, para conhecer não apenas os percursos migratórios, nessas duas décadas, mas buscar acompanhar as histórias pessoais e familiares, antes e depois do fim da experiência vivida na fazenda de Montenegro, seja em outras paragens do interior paulista, seja no retorno à terra natal.

Bibliografia

- Amorim, M. N. *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico 1680-1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho, 1992. 844 p.
- Andreazza, M. L. *O paraíso das delícias. Um estudo da imigração ucraniana 1895-1995*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. 373 p.
- Andreazza, M.L. Cultura familiar e registros paroquiais. In: Bassanezi, M.S.C.B & Botelho, T.R. (orgs). *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários,

- 2009, p.137-156.
- Bassanezi, M. S. C. B. Considerações sobre os casos de celibato e a idade ao casar no passado brasileiro. *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v.1, p.381-395. 1994.
- Cascão, R. Demografia e Sociedade. In: J. Mattoso (Ed.). *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, v.5, 1993. Demografia e Sociedade, p.425-439
- Mendes, J. A. *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*. Coimbra: Comissão Coordenadora da Região Centro, 1984
- Mendes, J. A. Etapas e limites da industrialização. In: J. Mattoso (Ed.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, v.5, 1993. Etapas e limites da industrialização, p.355-367.
- Monteiro, P. F. *Terra que já foi terra. Análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Lisboa: Edições Salamandra. 1985. 290 p.
- Monteiro, P. F. Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut, uma investigação em dois tempos. In: Silva, Maria Beatriz Nizza; Baganha, Maria Ioannis B; Maranhão, Maria José; Pereira, Miriam Halpern (eds). *Emigração/ Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal (séc. XIX - XX). Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 323-347.
- Montenegro, João Elisário de Carvalho. *Carta ao Ilmo. Exmo. Conselheiro João Luis Vieira*. APESP, Colônia (1879 – 1890), 1879.
- Montenegro, João Elisário de Carvalho. *Colônias Nova-Louzã e Nova Colômbia. Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Presidente da Província de São Paulo – 6 de fevereiro de 1875*. São Paulo: Typ. da Província de São Paulo, 1875.
- Montenegro, João Elisário de Carvalho. *Opúsculo sobre a Colônia Nova-Louzã fundada por João Elisário de Carvalho Monte-Negro em 1867*. Campinas: Typographia Gazeta de Campinas, 1872.
- Pina Cabral, J. *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão de mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1989
- Roque, João L. *A população da freguesia da Sé de Coimbra (1820-1849). Breve estudo demográfico*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Rowland, R. Velhos e Novos Brasis. In: F. Bethencourt e K. Chaudhuri (Ed.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, v.4, 1998. Velhos e Novos Brasis, p.303-373.

- Scott, A. S. V. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: OIKOS/Editora da UNISINOS, 2012.
- Scott, A. S. V. Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Concelho de Guimarães. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1, p.95-111. 2002.
- Scott, A.S.V. e Scott, D. «Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro», in Tarcísio R. Botelho e Marco H. D. van Leeuwen (Orgs.), *História social: perspectivas metodológicas*, Belo Horizonte, Veredas & Cenários, 2012, pp. 83-108
- Scott, A. S. V.; Truzzi, O. M. S. (2008). O valor do trabalho. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. Ano 3, p. 78-81, 2008.
- Serrão, J. A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX. In: (Ed.). *Temas Oitocentistas*. Lisboa: Livros Horizonte, v.1, 1980. A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX, p.161-186.
- Truzzi, Oswaldo; Scott, A. S. V. (2005). Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia da Nova Lousã, em São Paulo. *Revista da Faculdade de Letras. Série de História* (Universidade do Porto), Porto - Portugal, v. 6, p. 339-354, 2005.

Imagem 03
Mapa da Província de São Paulo
1872 (Espírito Santo do Pinhal)



130

Fonte: Atlas da Imigração Internacional em São Paulo (Bassanezi et al, 2008)

Imagem 04

Colônia da Nova Lousã



131

Foto: Biblioteca Pública da Lousã (2006)

Imagem 05

Comendador Montenegro (1867)

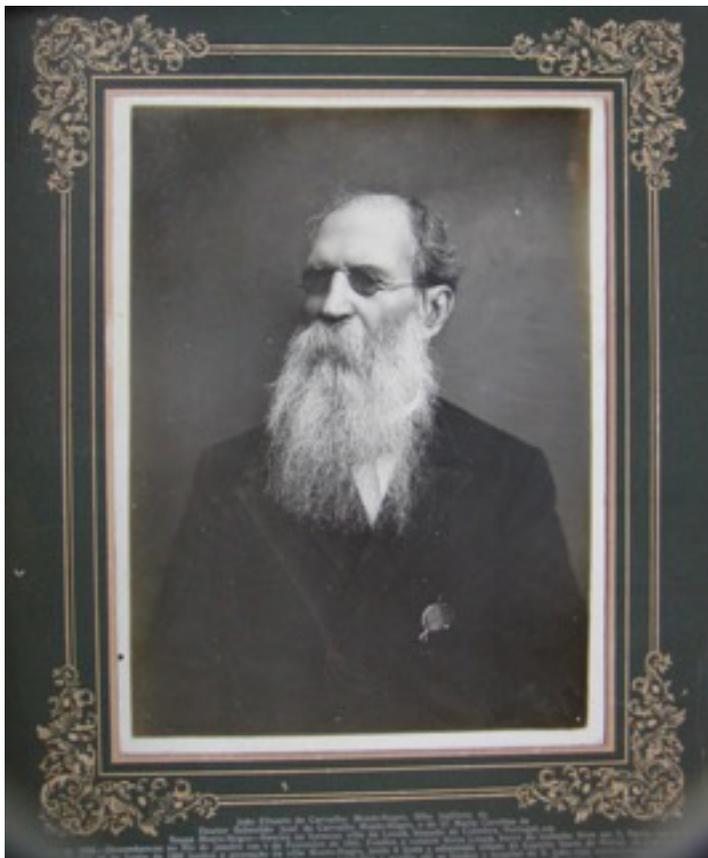


132

Fotos: Biblioteca Pública da Lousã (2006)

Imagem 05

Comendador Montenegro (1913)



133

Pictures: Biblioteca Pública da Lousã (2006)

Imagem 06

Detalhe de homenagem a Montenegro (vila da Lousã)



134

Foto: Ana Scott (2006)

Imagem 07

Detalhe da Serra da Lousã



135

Foto: Ana Scott 2006

Imagem 08

Detalhe da Serra da Lousã



136

Foto: Ana Scott 2006

Recebido: 16/05/2017 – Aprovado: 17/08/2017